

DESIGUALDADE ENTRE MULHERES: UM ELEMENTO-CHAVE DO SISTEMA SOCIO-ECONÓMICO PORTUGUES

Lina Coelho

Assistente na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais

1. Introdução

Portugal apresenta uma das mais elevadas taxas de participação das mulheres (e, em particular, das mães com filhos pequenos) no trabalho remunerado. Neste texto começamos por constatar que o padrão de distribuição do emprego feminino por actividades é também muito particular em Portugal, quando apercebido no contexto dos países da OCDE. Verificamos depois que a sua evolução na década de 90 não foi no sentido da aproximação àqueles, tendo concorrido para manter as diferenças anteriormente verificadas.

Estes factos convocam a necessidade de compreender o modo como o sistema socio-económico português acomoda esta realidade e, em particular, o modo como se articulam as dinâmicas da especialização produtiva e do emprego em geral com o trabalho das mulheres.

Ana Rute Cardoso (1996) apontou o modelo de especialização, assente na exportação de bens industriais com competitividade baseada em baixos salários, como factor explicativo fundamental. A especialização portuguesa teria sido subsidiária do recurso intenso a mão-de-obra feminina porque esta é mais barata e sustenta a elevada flexibilidade do mercado de trabalho. A elevada feminização dos sectores exportadores tradicionais como o vestuário, o calçado e os têxteis confirma esta leitura.

Ainda que válida, esta leitura parece-nos contudo parcelar, pois as actividades em que as mulheres têm ganho peso relativo no emprego em Portugal nos últimos 20 anos são particularmente actividades dos serviços e, muito especialmente, dos serviços às pessoas como sejam os restaurantes e hotéis e os serviços domésticos.

A nossa hipótese é, então, a de que o grande diferencial salarial existente em Portugal (o maior da UE) pode ser, em grande medida, a explicação para o fenómeno. Segundo esta hipótese, os salários relativamente elevados dos trabalhadores e, muito especialmente, das trabalhadoras portuguesas

mais escolarizados alimentam uma procura de serviços substitutos das tradicionais tarefas domésticas que, por sua vez, geram emprego feminino nas actividades empregadoras de mulheres com baixa escolaridade. Encontramos pois aqui um processo de causalidade cumulativa segundo o qual o aumento do emprego das mulheres cria emprego para outras mulheres, em maior proporção do que noutros países da OCDE. A condição para que tal aconteça são, contudo, níveis de desigualdade (também entre as mulheres) que se situam entre os maiores do mundo desenvolvido.

Concluimos que a desigualdade socio-económica entre as mulheres portuguesas é um elemento chave da regulação do sistema social e económico do Portugal de hoje. Nesse sentido o sistema de relações entre Estado, Mercado e Família evidencia, com particular intensidade, a ideia de que “as mulheres não são uma categoria homogénea” e de que a discussão relevante deve feita “no quadro da interacção entre género e classe” (O’Connor:1996).

A adequada compreensão deste estado de coisas constitui condição essencial para a adopção de uma política social e de família viabilizadora de crescimento económico sustentado, com melhoria equitativa de condições e oportunidades de vida para os portugueses.

2. Emprego feminino em Portugal: um padrão específico no contexto da OCDE

Os dados sobre a distribuição do emprego feminino por actividades (ISIC-Rev. 3), publicados pela OCDE para 24 países, revelam algumas especificidades de Portugal. Assim, destacam-se pelo seu elevado valor a agricultura (14,1%), valor só excedido pela Grécia, a indústria transformadora (22%), cujo valor só é um pouco excedido pelos países do antigo bloco de Leste, e os serviços domésticos (6,6%), valor só excedido pelo México. Em contrapartida, apresentam uma expressão claramente inferior à verificada na maioria dos outros países os transportes, armazenagem e comunicações (1,7%), os Serviços Financeiros (1,5%), os serviços imobiliários e serviços às empresas (1,5%), os Serviços de Saúde e Sociais (8,7%) e os outros Serviços à Comunidade (3,6%). Estas actividades apresentam uma expressão relativa no emprego feminino em Portugal que se situa em cerca de metade da média dos outros países considerados (Quadro 1).

Quadro 1 - Distribuição do Emprego Feminino por Actividades nos Países da OCDE, 2000, (%)

	Agricultura, caça e floresta	Pescas	Minas	Ind. transformadora	Elect., gás e água	Construção	Comércio e reparações	Restaurantes e hotéis	Transportes, armazen. e comunic.	Serviços Financeiros	Serviços Imobili. E as Empresas	Adm. Pública e Defesa, Seg. Soc.	Educação	Saúde e Serviços soc	Out s. Sociais, às pessoas e comunidade	Serviços Domésticos	Org. Era-territ.	Emp. Não classific. Por actividade	Total
Australia	3,3	0,1	0,2	7,8	0,3	2,3	20,9	6,4	3,9	4,7	12,5	4,8	10,7	16,7	5,4	0,1	0,0		100
Austria *	6,8		0,1	12,3	0,3	1,6	19,9	8,4	3,5	4,3	7,8	5,6	9,2	14,0	5,5	0,7	0,1		100
Bélgica**	1,4	0,0	0,0	9,3	0,2	1,0	15,6	3,8	3,2	3,7	7,8	6,8	12,2	17,7	5,1	5,7		6,6	100
Canadá	1,8	0,1	0,4	9,3	0,4	1,3	17,0	8,3	5,1	5,8	11,5	5,2	9,2	18,0	5,6	1,1	0,0		100
Rep. Checa	3,7	0,0	0,5	24,4	0,9	1,8	16,0	4,4	5,7	3,2	5,8	6,6	11,1	11,3	4,5	0,1	0,1	0,1	100
Dinamarca	1,8		0,1	12,8	0,2	1,2	13,0	3,1	4,0	3,3	7,7	5,8	8,8	32,1	5,6	0,3	0,1	0,2	100
Finlândia	3,9		0,1	12,4	0,4	0,9	12,1	4,9	4,2	3,1	9,1	5,4	9,9	26,1	6,8	0,4	0,1	0,3	100
França	0,6	0,0	0,1	11,4	0,4	1,0	12,8	3,5	4,1	3,7	13,3	11,0	11,6	17,3	5,4	3,6			100
Alemanha	2,4	0,0	0,1	15,7	0,4	2,6	17,7	4,3	3,5	4,1	8,0	8,7	8,1	17,1	6,4	0,8	0,1		100
Grécia	19,2	0,1	0,1	11,4	0,6	0,3	17,2	7,3	2,9	3,5	5,8	6,5	9,9	8,0	3,8	3,5			100
Hungria	3,5		0,2	22,6	1,1	1,2	16,1	4,1	5,0	3,3	5,5	7,4	14,4	10,6	4,9	0,1	0,1		100
Islândia	3,3	1,1		10,1	0,4	0,5	14,3	4,6	6,0	5,5	7,0	4,4	9,8	24,6	8,2		0,3	0,1	100
Irlanda	2,1	0,0	0,1	13,8	0,3	1,1	16,2	9,6	3,7	5,7	9,7	4,7	10,1	15,4	5,6	1,0		0,9	100
Itália	4,5	0,0	0,1	19,3	0,3	1,3	16,3	4,9	3,0	3,1	8,0	7,9	13,5	9,9	5,6	1,9	0,1		100
Coreia Sul	12,2	0,3		17,6	0,1	1,5	20,3	15,1	1,6	4,5	4,8	2,5	8,0	3,3	6,0	2,2	0,0		100
México	6,8	0,1	0,1	21,3	0,2	0,5	24,6	7,5	1,2	1,1	3,1	4,4	8,6	5,4	3,3	11,6	0,0	0,3	100
Holanda *	2,2		0,1	7,9	0,2	1,0	17,5	4,7	3,9	4,1	11,1	5,0	8,1	25,4	5,1	0,5		3,4	100
N. Zelandia	5,8	0,1	0,1	10,5	0,3	1,4	16,9	7,1	4,2	3,9	10,0	5,6	11,8	14,5	6,4	0,9	0,1	0,5	100
Portugal	14,1	0,1	0,1	22,0	0,2	1,0	14,4	7,0	1,7	1,5	4,6	5,0	9,4	8,7	3,6	6,6	0,1		100
Eslováquia	4,0	0,0	0,3	22,8	0,9	1,4	15,9	4,1	5,3	2,6	3,7	8,4	13,1	12,6	4,3	0,4	0,0		100
Espanha	4,8	0,2	0,1	12,7	0,3	1,4	19,7	7,9	3,2	2,6	9,4	6,5	9,3	10,4	5,3	6,4	0,0		100
Suécia	1,3		0,1	10,0	0,4	0,9	11,5	3,3	4,0	2,4	9,7	5,6	11,1	33,6	5,9			0,1	100
Suíça	3,6		0,1	11,5	0,2	1,7	19,1	8,2	4,6	5,2	9,2	3,4	8,2	18,1	5,0	2,0			100
R.U.	0,8	0,0	0,1	9,9	0,4	1,5	17,2	5,4	3,8	5,0	10,1	6,2	12,7	19,6	6,3	0,8	0,0	0,2	100
MÉDIA	4,7	0,1	0,1	14,1	0,4	1,3	16,8	6,2	3,8	3,7	8,1	6,0	10,4	16,3	5,4	2,3	0,1	1,1	101

Fonte: OCDE; *1999, ** 1998

Este retrato - que faz de Portugal um dos países com menor grau de segregação sexual do emprego por actividades (OCDE 2000:95) - explica-se, em grande medida, pelo padrão de especialização da economia portuguesa e pelas suas dificuldades de modernização produtiva.

Assim, começando pela agricultura, o elevado valor verificado deve-se fundamentalmente a uma agricultura de subsistência ou, em geral, pouco produtiva, com uma população activa muito envelhecida e onde é significativa a presença de “trabalhadores familiares não remunerados”. Trata-se, também, de um sector que tendeu a absorver alguma mão-de-obra imigrante dos países do Leste Europeu na década de 90.

No que respeita à indústria transformadora, a especificidade portuguesa resulta de uma especialização ainda muito tradicional, com forte presença de produções como vestuário, calçado,

têxteis e metalomecânica ligeira onde o trabalho feminino foi incorporado porque mais barato (menores salários), constituindo assim condição de competitividade pelos custos (Cardoso,1996).¹

Os serviços domésticos empregam quase exclusivamente mulheres pouco escolarizadas de faixas etárias relativamente elevadas e resultam de uma procura intensa que se deve em muito à elevada taxa de emprego das mulheres mais escolarizadas e é viabilizada por uma amplitude salarial entre trabalhadores com escolaridade superior e trabalhadores com níveis baixos de escolaridade das mais altas do mundo desenvolvido.² De facto, as trabalhadoras deste ramo substituem outras mulheres nas tarefas domésticas e de cuidado aos dependentes e este processo só se torna possível em Portugal a esta escala (e não noutros países europeus) pelo facto de a estrutura de preços relativos possibilitar a muitas famílias o acesso a este tipo de serviços.³

Também a baixa representatividade do emprego em serviços financeiros, imobiliários e de apoio à produção se justifica pela actual especialização do país pois estes serviços estão particularmente sub-representados no emprego global da economia portuguesa como é constatável nos valores reproduzidos no quadro 2.

Quadro 2 – Peso de diferentes sub-setores dos serviços no emprego em Portugal e nos países da OCDE, por sexo, 1998 (%)

	OCDE			PORTUGAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Serviços à Produção	11.4	10.9	12.2	5.5	5.6	5.5
Serviços de Distribuição	21.3	22.6	19.6	17.7	20.6	14.2
Serviços às Pessoas	9.2	6.9	12.3	10.7	5.5	17.1
Serviços Sociais	24	15.1	35.5	16.2	10.7	22.9

Fonte: OCDE, 2000

¹ No entanto, no que respeita a estas actividades não deixa de ser significativo o ligeiro reforço do seu peso no emprego feminino na década de 90 uma vez que se assistiu a um processo de diversificação produtiva, com aquelas indústrias a perder peso relativo a favor de novas produções como o automóvel. Pode pois admitir-se a possibilidade (que carece de confirmação) de que na década de 90 as indústrias em crescimento admitiram trabalhadoras em média mais escolarizadas, correspondendo assim ao aumento significativo da escolaridade das mulheres mais jovens.

² O ratio entre as remunerações dos trabalhadores com escolaridade superior e os trabalhadores com mais baixa escolaridade era em Portugal em 1998 de 276% para os homens e 237% para as mulheres. Os valores médios para os EU-15 eram, respectivamente, de 141% e 112% e a Espanha apresentava os valores mais próximos dos portugueses: respectivamente 176% e 143%! (EUROSTAT, 2002:168).

³ É atendendo a este tipo de mecanismo que Esping-Andersen (1999) defende que os países europeus deveriam tolerar amplitudes salariais mais elevadas do que as que se verificam actualmente como forma de criar mais empregos para os trabalhadores menos qualificados e experientes (jovens, mulheres, imigrantes).

3. Evolução comparativa do emprego feminino em Portugal na década de 90 no contexto da OCDE: tendência ao reforço da polarização

A evolução da estrutura do emprego feminino por actividades no último quinquénio da década de 90⁴ (quadro 3) permite-nos concluir da especificidade portuguesa também em termos evolutivos uma vez que revela um reforço excepcional (no contexto da análise) da importância das actividades de construção (situação semelhante à verificada na Grécia e Espanha), serviços domésticos,⁵ restaurantes e hotéis, serviços de saúde e sociais e da agricultura. Também assinaláveis pela sua excepcionalidade no contexto da OCDE são: o reforço (ainda que moderado) das actividades transformadoras, o reduzido aumento da importância dos serviços imobiliários e às empresas e a perda relativa de importância da administração pública, dos serviços financeiros, dos serviços de educação e dos serviços comunitários. Importa dizer que a imagem que assim obtivemos pela análise dos valores relativos sairia reforçada se tivesse sido aplicada aos valores absolutos do emprego feminino em Portugal.

Esta comparação internacional manifesta a continuação do afastamento da economia portuguesa relativamente às dinâmicas de reestruturação do emprego em curso nos outros países da OCDE. Vejam-se, nomeadamente, a manutenção dos valores do emprego na indústria transformadora ou na agricultura (não muito diversa do que se verificou com o emprego masculino) ou a reduzida dinâmica dos serviços financeiros, imobiliários e às empresas (ainda menos pronunciada no que respeita ao emprego masculino).

⁴ Restringimos a análise a este quinquénio porque os dados disponíveis não permitem considerar um período maior. Contudo, as conclusões a que chegamos são, em geral, validadas por outras análises para períodos mais longos como, por exemplo, OCDE (2000) ou os resultados comparativos dos Censos 1991 e 2001. A grande excepção é a agricultura o que se deve às diferentes metodologias de inquirição usadas nos Inquéritos ao Emprego e nos Censos.

⁵ Os valores excepcionais de crescimento destas actividades no emprego feminino na República Checa e Eslovaca devem relativizar-se dada a sua quase inexistência à partida.

Quadro 3 - Evolução do Emprego Feminino por Actividades nos Países da OCDE, 1995-2000

(ratio entre o valor % em 2000 e o valor correspondente em 1995)

	Agricultura, caça e floresta	Pescas	Mimas	Ind. transformadora	Elect., gás e água	Construção	Comércio e reparações	Restaurantes e hotéis	Transportes, armaz. comunic.	Serviços Financeiros	Serviços Imobili. E às Empresas	Adm. Pública e Defesa, Seg. Soc.	Educação	Saúde e Serviços soc	Out s. Sociais, às pessoas e comunidade	Serviços Domésticos	Org. Era-territ.
Austrália	0,95	0,80	0,85	0,94	0,68	0,99	0,96	1,05	1,15	0,92	1,18	1,02	0,95	1,02	0,97	0,23	0,67
Canadá	0,77	1,50	0,89	1,07	0,75	0,96	0,99	1,08	1,00	0,91	1,17	0,86	0,98	0,98	1,08	0,76	1,00
Rep. Checa	0,68	1,00	0,79	0,91	0,72	0,86	1,00	1,09	0,99	1,14	1,17	1,24	1,05	1,09	1,12	2,00	3,00
Dinamarca	0,79		0,89	0,93	0,62	0,99	1,06	0,90	0,97	0,87	1,14	0,94	1,01	1,04	1,01	0,53	0,89
Finlândia	0,68			0,95	1,12	1,12	1,04	1,14	0,97	0,86	1,19	0,92	1,05	0,99	1,06	1,20	
França	0,93	1,50	0,62	0,86	0,94	0,94	1,00	1,04	0,95	0,88	1,27	0,98	0,92	0,98	1,16	1,17	
Alemanha	0,81	1,00	0,55	0,93	0,94	0,96	1,00	1,03	0,91	0,92	1,09	0,98	1,08	1,09	1,02	1,05	1,00
Grécia	0,80	2,00	1,75	0,87	1,06	1,67	1,05	1,13	1,22	1,21	1,35	1,01	1,00	1,06	1,07	1,53	0,00
Islândia	0,93	1,29		0,75	0,95	0,82	1,13	1,21	1,36	1,18	1,37	0,87	1,04	0,88	1,04		0,97
Irlanda	0,67	0,75	0,75	0,87	0,71	0,95	1,05	1,16	1,41	1,06	1,42	0,93	0,87	0,95	0,86	1,08	0,00
Itália	0,69	0,57	1,00	0,91	1,00	1,16	0,98	1,17	1,24	1,04	1,46	1,03	0,96	1,04	1,08	0,86	1,57
Rep. Coreia	0,85	0,97	0,00	0,82	0,80	0,68	1,02	1,13	1,21	0,89	1,31	1,48	1,15	1,36	1,17	0,98	0,25
México	0,71	0,16	0,93	1,46	2,00	1,06	0,85	0,99	1,03	0,98	1,14	1,21	0,88	1,11	0,62	1,24	
Portugal	1,13	0,50	0,83	1,01	0,52	1,84	1,05	1,33	0,80	0,75	1,02	0,75	0,77	1,17	0,56	1,55	0,71
Eslováquia	0,62		0,82	0,90	0,98	0,79	1,18	1,08	0,94	1,17	0,90	1,41	0,96	1,06	1,05	12,67	1,50
Espanha	0,66	1,70	1,00	1,01	0,86	1,46	0,98	1,05	1,21	1,09	1,29	1,00	0,93	1,00	1,08	0,89	0,50
Suiça	1,06		1,00	0,83	0,69	0,85	0,97	0,94	1,08	0,97	1,17	1,09	1,15	1,04	1,02	1,00	
Reino Unido	0,63		1,22	0,83	0,96	0,99	1,00	0,87	1,20	0,97	1,12	1,06	1,10	1,02	1,05	0,74	1,00
Média	0,80	1,06		0,94	0,90	1,06	1,02	1,08	1,09	0,99	1,21	1,04	0,99	1,05	1,00	1,73	0,93

Mas os valores revelam-nos também que esse afastamento ocorre em concomitância com um aumento da polarização do emprego das mulheres portuguesas em função da remuneração/nível de escolaridade. Expliquemo-nos melhor. O que os valores para Portugal traduzem é, por um lado, um forte reforço do emprego das mulheres em actividades pouco exigentes em termos de qualificações e, por isso mesmo, tradicionalmente remuneradas com salários baixos e associadas a precaridade, informalidade e garantia reduzida de direitos sociais (serviços domésticos, restaurantes e hotéis, agricultura, comércio e, em geral, também a indústria) mas, por outro lado, verifica-se um aumento da importância do emprego nos serviços de saúde e sociais, imobiliário e serviços às empresas e construção.⁶ Tendo em conta as características deste tipo de actividades e o aumento acentuado nos níveis de escolaridade feminina nos últimos anos, é de esperar que uma parte significativa destes empregos corresponda a trabalhadoras com escolaridade elevada (médicas, engenheiras, gestoras) e

⁶ O aumento do emprego feminino na construção corresponde a uma escassa meia dezena de milhar de postos de trabalho que só se traduz em elevada taxa de crescimento pela reduzida base de partida.

a empregos no sector público. Embora saibamos que as novas contratações em Portugal, mesmo no sector público, enfermam frequentemente de vínculos precários, estes são, apesar de tudo, postos de trabalho com remunerações médias elevadas e perspectivas de carreira relativamente compensadoras.

4. Desigualdade: um conceito-chave para a compreensão da dinâmica do emprego feminino em Portugal

Parece-nos, pois, que no caso português a dinâmica recente do emprego feminino continua a manifestar aquela que pensamos ser uma das chaves fundamentais de leitura para a elevadíssima actividade das mulheres portuguesas: a elevada desigualdade remuneratória em função da escolaridade que, por sua vez, alimenta as fortes desigualdades socio-económicas verificadas na sociedade portuguesa por referência ao contexto europeu comunitário.⁷

A elevada actividade remunerada das mulheres portuguesas tem sido explicada por razões de natureza histórica, sociológica e cultural. Nesse sentido, é na forte ausência dos homens activos durante a década de 60 (emigração, guerra colonial) que podemos encontrar as raízes do fenómeno que terá depois sofrido um forte impulso pela irrupção de valores igualitários e emancipatórios associada à revolução de Abril de 74 (Silva, 1983; Ferreira, 1999). É também frequente o recurso à ideia de que os baixos salários portugueses “empurram” as mulheres portuguesas para a actividade remunerada como via para atingirem um patamar satisfatório de rendimentos para as suas famílias. (Meulders et al.:83).

Com toda a validade que reconhecemos a estas explicações parece-nos, contudo, que a evolução ocorrida no emprego feminino tem atendido insuficientemente às questões atinentes à adequação entre procura e oferta de trabalho na economia portuguesa, sobretudo nas últimas duas décadas. De nada valeria as portuguesas quererem trabalhar se as condições de funcionamento da economia e, em particular, do mercado de trabalho, não acomodassem a sua oferta de trabalho. Daí considerarmos importante sublinhar que a manutenção de uma especialização produtiva pobre, mantida à custa de uma amplitude salarial das mais elevadas do mundo desenvolvido e de condições

⁷ Os elevados diferenciais remuneratórios são facilmente compreensíveis se atendermos aos baixos níveis médios de escolaridade da população activa portuguesa que torna a oferta deste tipo de trabalho abundante (e, por isso mesmo, barata) enquanto os trabalhadores mais escolarizados são relativamente raros e, portanto, mais caros.

de elevada flexibilidade do mercado de trabalho tem sido um elemento decisivo para a elevada procura de trabalho feminino. E, sendo este o contexto económico global em que o fenómeno ocorre, importa-nos particularmente sublinhar que uma das suas implicações evidentes é a manutenção e reprodução de profundas desigualdades socio-económicas que, sendo gerais na sociedade portuguesa (afectam homens e mulheres) são, no nosso entender, particularmente incisivas para as mulheres. Queremos, assim, enfatizar que a desigualdade entre as mulheres portuguesas é um aspecto determinante para a compreensão da sociedade portuguesa actual e das suas dinâmicas económicas.

Os dados sobre a dinâmica recente do emprego parecem confirmar claramente esta perspectiva. Por um lado, o crescimento do emprego na agricultura e nas actividades transformadoras (ao arrepio da tendência verificada nos outros países da OCDE) reflecte a manutenção de uma especialização pobre e carente de aumentos significativos de eficiência produtiva mas traduz-se na manutenção de oportunidades de emprego para homens e mulheres. Por outro lado, a crescente escolarização das mulheres mais jovens (que tendencialmente supera a dos homens) tem vindo a alimentar desigualdades que contribuem para o aumento da procura de emprego das mulheres menos escolarizadas (e, em média, mais velhas) o que se manifesta no reforço da importância do emprego feminino em serviços domésticos ou nos restaurantes e hotéis numa escala claramente superior à verificada nos outros países da OCDE. Repare-se que o emprego feminino (quase exclusivo nos serviços domésticos e com forte tendência ao reforço nos restaurantes e hotéis⁸) substitui em grande medida o trabalho não remunerado no seio das famílias, tradicionalmente desempenhado pelas mulheres. Mas, como é evidente, só as famílias com poder de compra adequado podem recorrer a estes serviços. Significa isto que são as mulheres com níveis de rendimento mais elevados que podem adquirir estes serviços e que estas mulheres são directa ou indirectamente empregadoras de mulheres que usufruem de salários comparativamente muito baixos.⁹

Tendo em conta a elevada amplitude salarial verificada em Portugal em função do nível escolar, estamos perante uma sociedade em que os salários das mulheres licenciadas permitem, em geral, adquirir aquele tipo de serviços e aliviar significativamente, por essa via, a tão propalada “dupla

⁸ Nos restaurantes e hotéis trabalhavam 113 mulheres por cada 100 homens em 1992. Estes valores passaram, para 157 mulheres por cada 100 homens em 2000!

⁹ Em trabalho recente comprovámos empiricamente a validade desta argumentação para os países da OCDE (Coelho, 2004).

jornada de trabalho” que caracteriza a realidade feminina enquanto que, por seu lado, as trabalhadoras daqueles ramos dos serviços ou das indústrias transformadoras continuam a suportar duplas jornadas de trabalho muito intensas.¹⁰

Um aspecto particularmente digno de nota é, neste contexto, o da reprodução das desigualdades entre gerações uma vez que a sociedade portuguesa não manifesta capacidade para proporcionar aos filhos das mulheres mais desfavorecidas uma compensação minimamente adequada para as limitadas oportunidades de desenvolvimento pessoal e educacional que as famílias lhes podem proporcionar.

4. Conclusão

Argumentámos aqui que as insuficiências de dinâmica modernizadora da economia portuguesa têm constituído uma condição fundamental para a manutenção de elevados níveis de emprego quer para os homens quer, especialmente, para as mulheres.

Considerámos ainda que, neste contexto, o crescente acesso das mulheres portuguesas a níveis de escolaridade elevados, em conjunto com uma das maiores amplitudes salariais do mundo desenvolvido, têm contribuído para dinamizar o emprego feminino nos serviços às pessoas (de que são exemplos os serviços domésticos ou os serviços fornecedores de refeições mas de que também poderiam ser exemplo os serviços de cabeleireiro ou estética corporal).

As dinâmicas socio-económicas daqui resultantes são favoráveis às mulheres em geral ao proporcionarem-lhes um recurso emancipatório importante que é o acesso ao trabalho remunerado. Contudo, a qualidade de vida das mulheres portuguesas e suas famílias é intensamente marcada pela desigualdade resultante das condições remuneratórias e de carreira associadas a diferentes níveis de escolaridade, com as mulheres mais escolarizadas a usufruírem da possibilidade de aquisição no mercado de serviços compensatórios das “suas” tarefas domésticas e de cuidado às pessoas enquanto

¹⁰ Importa lembrar que a esmagadora maioria das mulheres portuguesas trabalha a tempo inteiro, contrariamente ao que acontece com a maioria dos outros países europeus em que o trabalho feminino em part-time é comum. Por outro lado, os homens portugueses continuam a revelar-se pouco disponíveis para as tarefas domésticas, ao contrário do que parece tender a acontecer noutros países europeus (EUROSTAT, 2002:160).

que as mulheres menos escolarizadas suportam condições de vida e trabalho particularmente exigentes e penalizadoras.

A realidade feminina em Portugal é, pois, profundamente marcada pela desigualdade e, nesse sentido, muito diversa da verificada noutros países europeus com taxas de emprego feminino elevadas, como os nórdicos, onde as mulheres ocupam em muito maior proporção empregos no sector público, nomeadamente em serviços sociais, com elevada incidência de *part-time*. A amplitude salarial nestes países é, por seu lado, das mais reduzidas do mundo o que conduz a preços elevados de serviços privados às pessoas e, conseqüentemente, a uma muito menor procura destes. A generalidade das mulheres destes países é, pois, confrontada com a necessidade de assegurar as tarefas domésticas. No entanto, as políticas sociais aí praticadas asseguram uma oferta generalizada de serviços públicos (ou de acesso subsidiado) de cuidado às pessoas (crianças e outros dependentes) que aumenta muito as possibilidades de conciliação entre a vida familiar e a vida profissional ao mesmo tempo que, pela qualidade praticada, proporcionam às crianças de todos os extractos sociais oportunidades de vida muito igualitárias. Por outro lado, parece ser nestes países que os homens se revelam mais disponíveis para partilharem o trabalho não remunerado.

Ora, em Portugal, nem os homens se manifestam, em geral, dispostos a assegurar tarefas domésticas ou de cuidado nem as crianças oriundas dos extractos sociais mais desfavorecidos encontram no sistema educativo ou nas redes formais de apoio social compensações suficientes para as ameaças de marginalização educativa e social que resultam do respectivo “berço”.

Num país onde os responsáveis políticos tanto tendem a sublinhar a importância do capital humano como factor de competitividade, as conseqüências deste estado de coisas parecem não ser suficientemente apercebidas e, muito menos, têm sido alvo de suficientes investimentos ou reformas de política social.

Pensamos, pois, que a política social e de família não permitem que a sociedade portuguesa se esteja a preparar adequadamente para o desejado ciclo de desenvolvimento económico e de prosperidade sustentada, uma vez que as desigualdades referidas tendem a transmitir-se entre gerações conduzindo ao desperdício do mais importante recurso para o desenvolvimento que são as novas gerações. Do ponto de vista dos indivíduos, os mecanismos socio-económicos em actuação marginalizam e limitam oportunidades de vida progressivas e estimulantes. Do ponto de vista do

todo nacional, desperdiça-se capital humano e social fundamentais para alavancar e alimentar a ansiada aproximação aos níveis médios de vida da União Europeia.

A diminuta presença das mulheres nos órgãos de decisão política e nas fileiras partidárias é, porventura, um *handicap* de primeiro plano na adopção decidida do rumo mais adequado para um desenvolvimento económico sustentado e com face mais humana em Portugal...

Referências Bibliográficas

- Cardoso, A. R. (1996) “Women at Work and Economic Development: who's pushing what?”, *Review of Radical Political Economics*, 28, 3, 1-34.
- Coelho, L. (2004) “Women’s Participation and Personal Services Employment in OECD countries (with a special reference to the Portuguese case)”, comunicação apresentada à conferência “Economic Policies in the New Millennium”, FEUC, 16/17 de Abril.
- Esping-Andersen, G. (1999) *Social Foundations of Postindustrial Economies*, Oxford University Press, Oxford.
- EUROSTAT (2002) *The Life of Women and Men in Europe - a statistical portrait. Data 1980-2000*, Luxembourg, Office for the Official Publications of the EC.
- Ferreira, V. (1999) “Os paradoxos da situação das mulheres em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 199-228.
- Meulders, D. *et al.* (1997) “Atypical Labour Market Relations in the European Union” in Dijkstra, A.G., Plantenga, J. (ed.), *Gender and Economics*, Routledge, London.
- OECD (2003) *Labour Market Statistics*, OECD, Paris.
- OECD (2000) “Employment in the Service Economy: a Reassessment”, *Employment Outlook*, 79-128.
- Silva, Manuela (1983) *O Emprego das Mulheres em Portugal - A 'mão invisível' na discriminação sexual no emprego*, Afrontamento, Porto.